

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Câmara de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar

Representantes



Titular

Carlos de Souza Andrade

Diretor da CNC



Suplente

Maysa Kátia Inácio Feitosa

Médica Serbem/RJ

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 7 de abril de 2022

A reunião, começou às 14h30 e foi aberta pelo diretor Paulo Rebello. Inicialmente, ele abordou a alteração de membros do biênio 2021/2022.

Portaria 90 de 5 de abril de 2022. Item de nomeação de membros titulares e suplentes - representantes do Camss, biênio 2021/2022.

O representante do Ministério do Trabalho, José Almeida Martins de Jesus, foi o titular, tendo Fabiano Varella como suplente.

Na representação da Previdência, Nilton Antônio dos Santos foi o titular e Maurício Dias Lester, o suplente.

Na representação do Conselho Nacional de Saúde, houve a entrada da suplente Priscila Torres da Silva.

No Conselho Nacional de Secretários de Saúde, houve a entrada da Alexandre Otávio Chieppe como titular e Renê José Moreira dos Santos, suplente.

Na Federação dos Hospitais do Brasil, ocorreu a entrada de Marcia Rangel como suplente.

No segmento de Empresas de Seguros Privados e Capitalização, houve a entrada de Antônio Manuel Peres como titular.

Na Associação Nacional dos Administradores de Benefícios, entidade representativa do segmento de Administração de Benefícios, houve a entrada do suplente Pedro Henrique Azeredo Peixoto.

Em seguida, Paulo Rebello deu as boas-vindas a Eliane Medeiros, nova diretora da ANS, que assumiu recentemente junto com o titular Mauricio. Aguardava-se ainda, naquela tarde, a decisão do Senado Federal sobre a indicação do novo diretor da agência, Jorge Antônio Aquino Lopes - ainda a se confirmar.

Em razão de ser aquela data o Dia Mundial da Saúde, o diretor Maurício Nunes da Silva destacou a importância de ações de Promoção à Saúde, Prevenção de Riscos e Doenças. Também deu ênfase às ações de Atendimento com Qualidade aos Beneficiários da Saúde, que impõe cuidado especial às doenças crônicas não transmissíveis, voltadas à atenção

primária e às Ações de Coordenação do Cuidado, Promoção, Prevenção de Riscos e Doenças, o que farão a diferença no futuro.

Neste intervalo, o Presidente do Fecomércio, Carlos Andrade de Souza, se apresentou a todos e propôs somar esforços com a Camss. José Fernando Macedo, da AMB, também deu boas-vindas à nova diretora Eliane Aparecida.

Na exposição de Fernanda Magano (representante titular da CNS), abordou-se o tema de Análise e Posicionamento da Proposta de Open Health (Governo Federal/MS), a exemplo do Open Banking Padronização, do extrato bancário e compartilhamento com concorrentes. A implantação deste sistema da saúde foi inicialmente sugerida pelo ministro Marcelo Queiroga, além da criação de GT Open Health com MS, ANS e Banco Central. Também se falou sobre a intenção do Governo Federal em criar uma Medida Provisória para um modelo de Open Health que consistiria no compartilhamento de dados de pacientes entre planos de saúde, visando a “ampliar a concorrência no setor de saúde suplementar”. Citou-se a portaria GM/MS de 12 de fevereiro de 2022 e a falta de representatividade (somente ministérios e agências reguladoras seriam integrantes). Em função da ausência de debates com usuários e entidades da sociedade civil/control social forte, tal viés econômico priorizaria o setorialismo em detrimento de ampla participação social.

A CNS considera a necessidade de audiência e consulta pública como forma de mitigar os problemas de representatividade.

Como próxima pauta, foi apresentado o tema Aperfeiçoamento do Monitoramento Assistencial e Garantias de Acesso/Consulta Público 92.

A análise dos resultados regulatórios provenientes da revisão normativa acerca do Plano de Recuperação Assistencial e da Direção Técnica, concluída em dezembro de 2016 com as publicações da Resolução Normativa nº 417 de 22 de dezembro de 2016 e da Instrução Normativa nº 50 de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos.

A identificação das operadoras em situação de risco assistencial foi mais célere, em razão da redução em um trimestre do encaminhamento à Gedit.

Inicialmente, houve um incremento no número de operadoras encaminhadas e também foi alcançado o objetivo de maior utilização do Prass, assim como a possibilidade de gradação dos acompanhamentos, reservando a Direção Técnica para situações mais críticas.

A revisão da IN/Dipro 50/2016 resultará na sua adequação às alterações já implementadas quanto à instituição do plano periódico de Monitoramento do Risco Assistencial anual, para definição dos critérios de identificação e encaminhamento das operadoras com indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial.

As modificações sugeridas não alteram o mérito dos normativos vigentes, nem geram novas obrigações para os entes regulados, tratando-se tão somente de uma melhor adequação dos processos internos de identificação, análise e acompanhamento das operadoras com indícios de anormalidades administrativas de natureza assistencial que resultem em risco aos beneficiários.

O relatório Preliminar da Avaliação de Resultado Regulatório foi aprovado e consubstanciado na Nota Técnica nº 26/2021/Gedit/GGRAS/Dirad/Dipro e Nota Técnica 45.

Também foi mencionada a apreciação da proposta de alteração da Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, IN/Dipro nº 50 de 22 de dezembro de 2016.

Por fim, as pautas foram abertas a debates e posicionamentos dos representantes de entidades.